

Jesus “Destruiu” o Templo — a Igreja o Reconstruiu?*

Martin Volkmann

1 — Introdução

Na reflexão teológica dos últimos anos aqui na América Latina, o Templo passou a receber uma atenção especial: Por que a oposição de Jesus ao Templo? Por que ele intervém no mesmo? É inegável a grande importância que o Templo de Jerusalém tem para o povo de Israel. Ele é o centro do culto a Javé. Para lá se dirigem anualmente milhares de peregrinos, em especial por ocasião das festas. Diariamente são oferecidos os sacrifícios regulares, além das diversas ofertas espontâneas. Sem dúvida, o Templo é o centro religioso de Israel. Mas aí se levanta uma suspeita: o Templo é apenas e simplesmente centro religioso? Ele não é também o foco concentrador de toda economia, da política e, conseqüentemente, também fator determinante das relações sociais de sorte que à religião também estão ligados outros interesses? Qual a função real do Templo? Esta pergunta inquieta os teólogos latino-americanos. Porque o labor teológico nessas plagas tem uma marca registrada: a realidade concreta de vida, o local específico a partir do qual se faz a reflexão é elemento importante da própria reflexão. Esta realidade está marcada por fatores econômicos e políticos geradores de profundas contradições sociais onde a religião muitas vezes apenas serve para encobrir interesses e práticas espúrios. Conhecer, pois, a função real que o Templo de Jerusalém exercia na época e, por outro lado, compreender o posicionamento de Jesus frente ao mesmo — eis um desafio para a exegese em nosso contexto. Porque em nossos dias se levanta a mesma suspeita: o que o Templo representava para Israel, hoje está presente de outras formas no sistema econômico-político, para o qual a religião dá a sustentação ideológica.

Essas preocupações me motivaram, durante o curso de mestrado, a me aprofundar numa análise do posicionamento de Jesus frente ao Templo. Dediquei-me a uma leitura sociológica de Mc 11.15-19, o relato da intervenção de Jesus no Templo. Aproveito estas linhas para compartilhar o resultado de minha reflexão.¹

2 — O Templo de Jerusalém — Centro Econômico-Político-Religioso

Quando nos referimos ao Templo de Jerusalém, precisamos estar conscientes do que estamos falando. Não se trata de uma simples igreja de nossos dias.

Na realidade, o Templo é um conjunto enorme de construções, totalmente remodelado pelo rei Herodes, o Grande, a partir do ano 20 a. C. Por isso, com toda tranqüilidade, se pode dizer que este Templo de Herodes é o terceiro Templo de Jerusalém. O primeiro foi construído por Salomão e destruído em 587 a. C. O segundo foi aquele construído após o exílio sob Zorobabel e totalmente remodelado por Herodes de sorte que se pode falar em terceiro Templo, ou mais precisamente, o Templo de Herodes. E este terceiro Templo é o mais majestoso e imponente, sem dúvida como reflexo do espírito helenista, mas também como símbolo de seu significado nas relações sociais da época. Compreende, além do santuário em si, um pátio de grandes proporções (mais ou menos 140.000m²), todo ele rodeado por carreiras de colunas formando alas cobertas que servem de abrigo para vendedores e cambistas e onde se localizam os cofres para a guarda do tesouro do Templo. A esse pátio se tem acesso por diversos portões. Junto ao santuário se encontram diversas câmaras, 38 ao total, para a guarda de lenha, óleo, sal, vinho necessários para os sacrifícios. Para realizar as obras de remodelação do Templo, são contratados por Herodes 10.000 operários leigos e 1.000 sacerdotes, especificamente para a construção dos edifícios sagrados. Ao final das obras, no ano 62 d. C., há 18.000 operários desempregados. Tudo isso dá uma idéia da grandiosidade das edificações.

Todas essas edificações, especialmente o santuário, apresentam um alto luxo com muito ouro, prata, madeiras nobres e tecidos finos. Josefo nos relata: “No aspecto externo do edifício, nada foi descuidado para impressionar o espírito e os olhos. Com efeito, como ele era recoberto de todos os lados por espessas placas de ouro, desde o nascer do sol, refletia a luz com tal intensidade que obrigava os que o olhavam a retirar os olhos como diante dos raios do sol. Para os estrangeiros que chegavam, ele aparecia de longe como uma montanha nevada, pois onde não era recoberto de ouro, o era do mármore mais branco. No alto, era erizado de pontas de ouro agudas para impedir os pássaros de pousar e de sujar o teto”. Compreende-se, pois, a exclamação daquele discípulo: “Mestre, vê que pedras e que construções!” (Mc 13.1). Mas compreende-se também que todo esse aparato não está aí apenas para ser casa de oração. Sem dúvida, o Templo é o centro do culto a Javé em Israel. Mas simultaneamente ele é um centro comercial, banco, sede do sinédrio. Em suma, o Templo é o centro econômico-político-religioso da região. Senão vejamos.

Atendo-nos especificamente ao texto de Mc 11.15-19, o mesmo nos apresenta uma série de dados que esclarecem as ramificações dos mesmos no contexto social, político, econômico e religioso em que o texto surgiu. São mencionados aí vendedores, compradores, cambistas, sumos sacerdotes, escribas, a multidão. Tudo isso não são palavras vazias, mas estão associadas a uma série de elementos que compõem o quadro global da época. Mas, lembremo-nos ligeiramente do texto por extenso deste importante incidente: Mc 11.15-19:

- v. 15: E chegam a Jerusalém. E, tendo entrado no templo, começou a expulsar os vendedores e compradores no templo. E as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam as pombas derrubou.
- v. 16: E não permitia que alguém carregasse um recipiente através do templo.
- v. 17: E ensinava e dizia a eles: Não está escrito: A minha casa será chamada casa de oração para todos os povos? Vós, porém, a fizestes um covil de salteadores.
- v. 18: E os sumos sacerdotes e os escribas escutaram e procuravam como iriam eliminá-lo. Pois o temiam. Pois todo o povo estava maravilhado com seu ensino.
- v. 19: E quando ficava tarde, retiravam-se para fora da cidade.

Por que há vendedores na área do Templo? O Templo é essencialmente local de sacrifício. Diariamente são oferecidos os sacrifícios públicos da comunidade: pela manhã e à noite, um cordeiro; no sábado, dois cordeiros. Em dias de festa são sacrificados dois vitelos, um carneiro e sete cordeiros, além de um bode como sacrifício expiatório. Isso perfaz, ao longo do ano, um total de 1149 carneiros, cordeiros e bodes, além de 114 vitelos. Na festa da páscoa, além disso, são imolados no Templo os cordeiros para a ceia pascal. Além dos sacrifícios públicos, tem todos os sacrifícios privados para expiação de pecados e/ou purificação. Para tal há necessidade de material.

Entre os vendedores são mencionados especificamente “vendedores de pombas”. É o animal de sacrifício dos pobres (Lv 5.7; Lc 2.24). Mas também este animal não é tão barato assim. Conta a tradição que, em dia de festa, o preço destas pombas sobe extraordinariamente, chegando a duplicar.

Que se conclui disso? Uma vez a constatação de que no pátio do Templo há comércio de animais e de outros produtos necessários para o sacrifício. Além disso pode-se observar que o preço dos mesmos, principalmente o preço do sacrifício dos pobres, está sujeito a grandes flutuações, dependendo da oferta e da procura.

Evidentemente os peregrinos podem trazer esses produtos de casa. Mas, além do inconveniente da viagem, eles correm o risco de serem os mesmos rejeitados pelos sacerdotes por apresentarem alguma falha e, assim, serem inaptos para o sacrifício.

Portanto, é do interesse dos próprios peregrinos que haja tal comércio no âmbito do Templo. Mas certamente também é do interesse daqueles que controlam tal comércio: os sumos sacerdotes. Mas sobre estes vejamos mais abaixo. Antes disso importa atentar para outros detalhes que destacam a importância econômica do Templo.

Ao lado de vendedores e compradores são mencionados os cambistas. Qual a função destes no âmbito do Templo? Uma vez, passam por eles os diversos pagamentos a serem efetuados pela administração do Templo, ou seja, o pagamento do óleo, do vinho, do trigo, da lenha. Além disso, eles representam um fator decisivo na cobrança da didracma, o imposto para o Templo. Este imposto é obrigatório para todo judeu acima de 20 anos

na Palestina e na Diáspora. O mesmo é cobrado nas diversas localidades por pessoas autorizadas pelas autoridades locais e posteriormente transferido para Jerusalém. E aí novamente aparecem os cambistas. Em suas mesas eles testam as moedas quanto à autenticidade e quilate. Além disso cabe-lhes a tarefa de cambiar as moedas estrangeiras em moeda tária (didracma, tetradracma), o dólar da época, que, devido à sua estabilidade, fora elevada ao grau de moeda do Templo. Com isso também está garantida a estabilidade do Templo, principalmente à base da moeda tária, acrescidas da cobrança de 8% de ágio no ato de câmbio.

Além dos recursos já mencionados que dão entrada no Templo via vendedores e cambistas, não dá para esquecer os outros emolumentos estabelecidos na Lei e cujo recolhimento está centralizado no Templo, mesmo que muitos deles possam ser entregues diretamente aos sacerdotes no interior, pois servem para a manutenção destes. Trata-se das primícias dos frutos da terra, das massas fabricadas, bem como dos primogênitos, além do dízimo de toda a produção. Tudo isso pode ser entregue *in natura* ou, no valor correspondente, em dinheiro.

Todos esses dados mostram que para o Templo de Jerusalém confluem enormes somas de dinheiro. Além disso essas somas são ampliadas com diversas doações obrigatórias ou voluntárias. Tudo isso perfaz o tesouro do Templo.

Mas o Templo também é o lugar mais seguro para se guardar os seus tesouros particulares. Pessoas abastadas guardam lá seus bens: moedas, jóias, enfeites. Mas também pessoas humildes depositam no Templo as suas poucas poupanças.

Diante de todos esses aspectos fica evidente a função bancária do Templo: em seu âmbito se encontram acumuladas enormes quantidades de metais preciosos. Isso explica por que o mesmo é saqueado por diversas vezes pelos detentores do poder que passaram por Jerusalém em suas campanhas militares.

Mas a função bancária do Templo não se limita à guarda de tais metais preciosos. Considerando-se toda a atividade fiscal com o recolhimento de impostos e tributos, além dos pagamentos a serem efetuados pelos diversos serviços prestados, inclusive de serviços que caberiam ao Estado em si, tais como conservação de aqueduto, de estradas e de muros — considerando-se tudo isso, percebe-se que o Templo exerce a função de banco central. Porque o Templo tem influência decisiva na circulação interna, bem como no volume e na fixação da cotação cambial de moedas estrangeiras.

A administração de todo esse complexo está nas mãos dos sumos sacerdotes. Estes representam um grupo restrito de pessoas — a elite sacerdotal — proveniente de algumas famílias, que ocupam os principais postos na administração do Templo, ou seja, as chefias sobre o culto, a vigilância e as finanças do Templo. Por sua vez, essa elite chega a ocupar tais cargos por causa de sua posição social através de conchavos e nepotismos entre a

aristocracia. Isso fica ainda mais evidente se considerarmos que na época herodiano-romana o cargo de sumo sacerdote deixou de ser vitalício e os mesmos passaram a ser nomeados não mais dentre os descendentes legítimos da família sacerdotal sadoquita, mas dentre apenas quatro famílias ilegítimas. A partir daí os sumos sacerdotes passaram a representar famílias sacerdotais nobres devido à sua situação econômica e enobrecidas ainda mais com a distinção do sumo sacerdócio. Nós temos que distinguir entre essa elite sacerdotal, que ocupam esses postos-chaves na administração do Templo, e os sacerdotes comuns, como Zacarias, que são responsáveis pelos sacrifícios e o culto em geral durante duas vezes uma semana por ano. Além disso há o clero baixo, os levitas, que são responsáveis por trabalhos auxiliares nos serviços religiosos, como por exemplo o canto, além da participação na vigilância do Templo. Ao total há aproximadamente 7.200 sacerdotes e 9.600 levitas.

Devido à sua posição-chave na administração templária, os sumos sacerdotes têm assento no sinédrio, junto com os anciãos e os escribas. Enquanto os sumos sacerdotes representam a aristocracia sacerdotal, os anciãos são os porta-vozes da aristocracia leiga. Originalmente os anciãos eram os representantes dos clãs que formavam os órgãos diretivos das comunidades. Após o exílio, representantes das famílias mais importantes passam a assumir a liderança do povo. Os anciãos representam, pois, os latifundiários, grandes comerciantes. Anciãos e sumos sacerdotes pertencem ao partido saduceu, os conservadores. O partido fariseu é representado pelos escribas, provenientes mais das camadas médias e baixas e que, devido à sua função, formam a aristocracia intelectual.

Sumos sacerdotes, anciãos e escribas formam o sinédrio, o órgão máximo em termos religiosos, políticos e administrativos dentro do Templo-Estado. Em termos religiosos, os poderes do sinédrio ultrapassam os limites da Judéia, e suas decisões são acatadas inclusive na Diáspora. Mas as atribuições do sinédrio não se limitam às questões religiosas; cabem-lhe as questões jurídicas e administrativas a nível interno desde que não contrariem os interesses dos romanos.

Por ter sua sede junto ao Templo, por ser presidido pelo sumo sacerdote em exercício, por terem os sumos sacerdotes a voz mais decisiva, a vinculação do sinédrio com o Templo fica evidente. E fica evidente também a importância política do Templo, seja a nível interno, seja na cooperação com o poder imperialista externo.

A nível ideológico, o Templo, nas mãos dos sacerdotes em geral e sob a direção dos sumos sacerdotes em especial, é um dos centros determinantes do sistema ideológico. Porque, a partir do Templo, eles determinam os costumes e comportamentos das pessoas mediante o zelo da observância de três aspectos: sistema de pureza/impureza, sistema de sacrifícios e sistema de descendência. O outro centro é a sinagoga, nas mãos dos escribas, que determinam os costumes e comportamentos através da interpretação e

atualização da Lei. Mas com esse trabalho, os escribas acabam dando sustentação para a manutenção dos três sistemas do interesse dos sacerdotes, porque as questões de pureza, de descendência e todo complexo dos sacrifícios estão fundamentados na Lei. Mesmo pertencendo a partidos políticos distintos, sumos sacerdotes e escribas acabam fazendo o mesmo jogo na condução do Templo-Estado, via sinédrio. Essa função concentradora do Templo a nível econômico, político e ideológico se reflete na conformação social da comunidade templária. A sociedade israelita é uma sociedade de classes onde uma pequena elite — latifundiários, grandes comerciantes, a realeza — se contrapõe à grande massa de arrendatários, jornaleiros, diaristas e escravos, e entre esses extremos, a classe média de pequenos comerciantes, agricultores, artesãos, todos eles donos dos seus próprios meios de produção.

Coincidentemente a elite econômica é aquela que se concentra em torno do Templo e no sinédrio. Sumos sacerdotes e anciãos são justamente os latifundiários e grandes comerciantes. Assim o Templo, nessa sua função econômica com arrecadação de tributos e sistema de sacrifícios e de ofertas, é fator gerador de pobreza e mantenedor de uma situação social injusta.

Em tudo isso fica evidente que o Templo é o centro que determina toda a vida do povo. Não apenas em termos religiosos, mas também em termos políticos, econômicos e, logicamente, também sociais. Por outro lado, percebe-se também que este centro é a causa da opressão que o povo sofre diretamente pelo Templo e indiretamente por causa da vinculação de suas lideranças com o poder imperial.

3 — Jesus e o Templo

Jesus percebe claramente esta posição centralizadora e opressora do Templo. Por isso seu posicionamento crítico frente ao mesmo. Aliás, o Templo em si nem é do interesse primordial de Jesus. Se olharmos os relatos dos evangelhos, poderemos observar que as passagens que se referem especificamente ao Templo ou a aspectos ligados diretamente ao mesmo não são tantas. Mas onde há referência expressa a tais aspectos, eles têm conotação negativa, ou seja, dá para perceber em Jesus um distanciamento, mais ainda, um juízo definitivo sobre o Templo.

É por isso que Jesus, num determinado momento de sua atividade, se dirige conscientemente para Jerusalém para o confronto direto com as autoridades acasteladas no Templo. Estas autoridades, por sua vez, percebem na atitude deste pregador da Galiléia um perigo para os seus interesses. Porque mexer no Templo é solapar a economia do Estado. Solapar a economia do Templo-Estado é abalar o prestígio político dentro da administração interna. Estando minado o prestígio internamente, também estará a nível externo. Por isso esse Jesus precisa ser eliminado. Portanto, a morte de Jesus se deve ao fato dele ter mexido no centro do poder em todos os sentidos.

Qual a posição de Jesus frente ao Templo? A intervenção de Jesus no Templo não se dá no santuário em si: ele não expulsa a equipe de sacerdotes de serviço; ele não impede a continuidade do culto no santuário. Mas a intervenção acontece no pátio dos gentios, ali onde se desenrola toda atividade econômica: Jesus expulsa os vendedores e compradores, derruba as mesas dos cambistas e as cadeiras dos vendedores de pombas e impede que se carregue as bolsas de dinheiro através do Templo. Esses três verbos expressam uma atitude forte que interrompe a atividade do outro, impossibilitando a sua ação. Considerando-se que o verbo “expulsar”, no original, é termo técnico para descrever a expulsão de demônios, fica evidente que, para Jesus, no Templo se instalou um demônio que precisa ser exorcizado: o deus Mâmon. Todo comércio, toda atribuição econômica do Templo simboliza a idolatria que passou a ser praticada na casa de Javé.

Isso também é destacado pela palavra explicativa à intervenção de Jesus: “E ensinava e dizia a eles: Não está escrito: A minha casa será chamada casa de oração para todos os povos? Vós, porém, a fizestes um covil de salteadores” (11.17).

Ser assaltado a caminho ou de volta de Jerusalém não é algo fora do comum, porque a região montanhosa, nas redondezas da cidade, é propícia como esconderijo para salteadores (Lc 10.20ss.). Jesus transfere a ameaça de assalto do caminho para dentro do próprio Templo: as exigências em tributos e sacrifícios, os preços inflacionados, o ágio são um assalto. Por isso a idolatria do ídolo Mâmon precisa ser impedida para possibilitar a verdadeira adoração ao Deus verdadeiro. O Templo deve voltar a ser pura e simplesmente casa de oração. Esta é a sua finalidade desde o início (1 Rs 8.28-30; Is 56.7; 1 Mac 7.37). Casa de oração é a designação costumeira para a sinagoga. Para Jesus, pois, o Templo nada mais é do que a sinagoga mais importante. Mais ainda: ele é casa de oração para todos os povos. À semelhança de sua comunhão com os marginalizados (Mc 1.40-45; 2.12-17), Jesus abre totalmente o acesso de adoração a Javé a todas as pessoas.

Como é esta adoração? Ela inclui sacrifícios, imposto para o Templo? Sacrifícios têm pouca relevância nos relatos sobre a atuação de Jesus. E onde tal ocorre, há uma conotação crítica, como em Mc 12.28-34. Um escriba interroga Jesus acerca do maior mandamento. Concordando com a resposta de Jesus, o escriba complementa que amar a Deus e ao próximo “é mais do que todos os holocaustos e todos os sacrifícios”. Jesus o louva e lhe atesta a proximidade com o Reino ou, na versão de Lucas, lhe diz: “Faz isso e viverás” (10.28). Ou seja, a ortodoxia leva para próximo do Reino. Mas o Reino exige a ortopraxia. Em Jesus o Reino está aí, na sua palavra autorizada que perdoa e no seu agir poderoso que cura (Mc 2.1-12). E do Reino se participa quando a gente se dispõe para o amor total e incondicional a Deus e ao próximo, assim como Jesus ensinou e viveu. Portanto, não é o sacrifício que determina o nosso relacionamento com Deus.

Da mesma forma também o tributo para o Templo não é o decisivo,

como mostra a cena descrita em Mt 17.24-27, quando os cobradores da didracma abordam Pedro. Porque tributos só se cobram de estrangeiros. Os filhos estão isentos. Mas para não causar escândalo desnecessário no momento — a cena se desenrola em Cafarnaum, muito antes de Jesus ir a Jerusalém — Jesus condescende agora em pagar o imposto. Mas em si ele questiona a validade do mesmo.

Se nos lembrarmos da importância econômica da didracma para o funcionamento do Templo, ao questionar a validade da mesma, Jesus solapa profundamente a economia do Templo. E ao fazer isso, Jesus anula todo o Templo nestas proporções e nesta sua função atual. Por isso este Templo não tem futuro; ele está no fim, como é dito expressamente em Mc 13.2: “Não ficará pedra sobre pedra”. Por causa da deturpação a que a aristocracia levou a casa de Javé, este Templo não tem mais futuro. Porque local de culto autêntico a Javé ele não é mais. Esta desvirtuação do Templo é tamanha que atinge o próprio santuário, a casa de Javé propriamente dita (Mc 14.58; 15.29 par; Jo 2.19; At 6.14). O santuário como símbolo da presença de Deus e da possibilidade de encontro com Deus deixa de existir. Ele acaba porque o verdadeiro culto a Deus se tornou impossível. Este se dá, desde o início, sobre outras bases. E isso é restabelecido em Jesus. Nele se firma uma nova aliança. Na sua morte e ressurreição está o novo Templo. Nele Deus mesmo se torna presente e abre o acesso direto a ele.

Portanto, o Templo está no fim. Jesus o destruiu, inaugurando um novo tipo de relacionamento da comunidade com seu Deus: ele mesmo concede o perdão e possibilita uma vida de total entrega a Deus e ao próximo.

4 — A Igreja Se Torna Templo

É muito conhecida aquela frase de Alfred Loisy, teólogo francês: “Jesus pregou o Reino, e o que veio foi a Igreja”. Parafraseando poderíamos dizer: Jesus destruiu o Templo, e o que a Igreja fez foi reconstruí-lo. À base de que fazemos tal afirmação?

Se agora passamos a analisar a Igreja como Templo, partimos dos seguintes pressupostos: a) Na época de Jesus, o Templo não era um mero centro religioso; ele representava o centro político-econômico da região. Por isso falamos em Templo-Estado. Nos dias atuais, em geral há a separação entre Igreja e Estado, de sorte que não se pode igualar simplesmente o Templo-Estado da Palestina com a situação da Igreja no Brasil ou em outros países. Um caso à parte representam, de certa forma, de um lado, o Estado-Igreja do Vaticano e, de outro, aqueles países em que uma determinada confissão religiosa é considerada religião oficial. b) Por outro lado, como na época de Jesus, também hoje a nossa realidade não é constituída de setores estanques, sem relação mútua entre si. Pelo contrário, economia, política, religião estão interligadas entre si e se influenciam mutuamente. c) Quan-

do usamos o termo Igreja, não o compreendemos no sentido de povo de Deus, corpo de Cristo, Igreja invisível, referindo-nos à comunhão dos santos. Aqui se trata especificamente da Igreja visível, da Igreja-estrutura.

Assim sendo, temos que olhar para os muros internos da Igreja, em suas diversas confissões, e analisar de que maneira nestas diversas estruturas se reconstrói o Templo. E, por outro lado, temos que olhar para fora dos muros da igreja e avaliar onde e como as Igrejas compactuam com outras instâncias, reconstruindo, assim, o Templo, de maneira que, mesmo havendo a separação expressa entre Estado e Igreja, na prática há uma conjugação de força onde a Igreja serve como sustentação ideológica para um aparato injusto, explorador e destruidor de vida.

Vejamos alguns exemplos ao longo da história.

A nível interno da Igreja, o processo de estruturação da mesma é um exemplo claro de “reconstrução” do Templo. No início, na época apostólica, como se pode deduzir das cartas de Paulo, não há uma estrutura rígida; o próprio Espírito orienta a vida da comunidade. Mas já as cartas pastorais evidenciam um desenvolvimento em direção à fixação de determinados ministérios com um destaque e um poder especiais dentro da Igreja. E a evolução posterior, até à fixação do bispo como autoridade suprema, responsável pela pregação, administração e doutrina corretas, deixam esta “reconstrução” bem evidente num duplo sentido:

Uma vez se estabelece uma classe especial, o clero, que se diferencia do povo em geral, o laicato. Através do sacramento da Ordem lhes é concedido o direito indelével de administrar os demais sacramentos e, assim, intermediar a comunhão entre Deus e seu povo. Desta forma se restabelece na Igreja algo que caracterizava a comunidade templária, ou seja, a classe sacerdotal, cujo privilégio Jesus justamente rompera.

Por outro lado, dentro do clero vai se estabelecendo uma hierarquia até se impor a idéia de que o bispo de Roma é a autoridade suprema sobre os demais bispos e, conseqüentemente, sobre toda a Igreja. Em torno da Igreja-Estado do Vaticano vai se reunindo a Cúria Romana, que passa a deter todo o poder sobre toda a Igreja. Considerando que, no Vaticano, se decidem, em última análise, as nomeações de bispos e arcebispos; considerando que à Igreja-Estado pertencem, em última análise, todas as propriedades da Igreja em todo o mundo; considerando que, a partir do Vaticano, se exerce um controle sobre publicações e manifestações — fica evidente que Roma representa para toda a Igreja Católica Romana um centro político-econômico-ideológico.

A Reforma representou, na sua época, o protesto contra esta “templarização” da Igreja. Com toda a limitação da comparação, poder-se-ia dizer que os Reformadores, à semelhança de Jesus, destruíram o Templo. Mas como continuou? Qual é a situação atual nas igrejas da Reforma? Atenhomete, a seguir, especificamente à análise da IECLB.

A Reforma teve sua origem na redescoberta da Escritura. As ativida-

des exegéticas de Lutero como professor da Sagrada Escritura fornecem-lhe os subsídios para desenvolver aquelas posições que desencadearam todo processo reformatório. A Escritura é a fonte de toda teologia e da vida da Igreja. Por isso Lutero traduz a Bíblia para a língua do povo e dá a Bíblia nas mãos do povo. Com isso Lutero tira a interpretação da Escritura do monopólio de uma elite e a coloca nas mãos do próprio povo de Deus. O critério para a interpretação correta da Escritura está nela mesma: *scriptura sui ipsius interpres*.

Qual é a realidade na IECLB? Sem dúvida, a palavra continua no centro do culto luterano. Praticamente não há culto sem pregação. Por outro lado, grande parte dos lares luteranos possui uma Bíblia. Mas ela praticamente não é lida. Ao contrário da época da Reforma, onde havia uma avidez por conhecer a Sagrada Escritura, o membro da IECLB não lê sua Bíblia. O que havia no seio da Reforma, em nossos dias se repete nas CEBs. Ali se faz leitura popular da Bíblia. Enquanto isso, na IECLB, a interpretação da Escritura voltou a ser monopólio de especialistas. No culto, o pastor prega e a comunidade é ouvinte passiva. Fora do culto não se lê a Bíblia, porque não se tem condições de interpretá-la, ou melhor, em todas as atividades da comunidade — ensino confirmatório, encontros de Juventude Evangélica e de OASE — o membro de comunidade interioriza aquela postura pastoral de que o pastor é o especialista e ele, um simples leigo.

Assim, enquanto na teoria se negue a existência de um magistério eclesiástico, a prática se dá como se assim fosse: a interpretação da Escritura é monopólio dos mestres, os pastores.

Isso está associado a uma outra contradição que se estabeleceu na IECLB. Uma das ênfases da Reforma, justamente a partir do testemunho bíblico, é o sacerdócio geral de todos os crentes. Jesus é o sumo sacerdote por excelência que restabelece a comunhão entre Deus e os homens. Não há mais a necessidade de intermediação por parte de uma classe especial. Portanto, desaparece a distinção entre clero e laicato: todos são iguais perante Deus e têm livre acesso a Deus. E todos são responsáveis pelo povo de Deus. Todos são sacerdotes.

Esta é a teoria. Na prática, porém, a IECLB é uma Igreja de pastores. Isso já ficou evidente acima na questão do monopólio da interpretação da Escritura. Mas isso se evidencia ainda em outros aspectos.

“Nossa Fé — Nossa Vida” diz: “Na Igreja, a rigor, há somente um ministério: o de testemunhar o Evangelho de Cristo. Todos os outros ministérios, criados pela Comunidade ou Igreja, devem estar a serviço daquele” (p. 11).

Na IECLB de fato há diversos ministérios: pastores, catequistas, diaconisas, obreiros diaconais. Mas na prática há o monopólio do ministério pastoral. Alguns poucos exemplos o comprovam:

— Por determinação regimental, todos os cargos diretivos estão em mãos de pastores: P. Distrital, P. Regional, P. Presidente. Nos conselhos

deliberativos os pastores têm assento garantido como tais, enquanto que os demais obreiros só podem ser eleitos como leigos.

— Na Consulta sobre Formação recentemente realizada, novamente esteve em foco quase que exclusivamente a formação de pastores, enquanto a formação geral do povo de Deus e a formação de outros obreiros ficou esquecida.

— As várias modalidades de formação de catequistas nunca lograram êxito, porque a Igreja não teve coragem de reconhecê-los e valorizá-los como tais. Muitos formados em Ivoti, a nível de 2º grau, foram clericalizados; fez-se deles pastores mediante complementação de formação. Aos formandos a nível de 3º grau nunca se garantiu um emprego, como se garante aos pastores. A crise em que se encontra novamente o Instituto de Educação Cristã é sintoma disso.

Bastam esses exemplos dos muros internos da Igreja. Vejamos ainda alguns exemplos do interrelacionamento da Igreja com outras instâncias em que transparece a reconstrução do Templo.

Aproximam-se os 500 anos de... evangelização, conquista, encontro de dois mundos. O título depende da ótica do analista. Mas independe de quem analisa a constatação de que a Igreja e os impérios ibéricos andaram lado a lado nessa empreitada. A Igreja via na incursão de portugueses e espanhóis em terras americanas uma forma de integração desses povos sem cultura na cultura cristã. Estavam, pois, fazendo um serviço para a própria Igreja. A Igreja, por sua vez, acompanhando esses desbravadores, tinha a oportunidade de levar a sua mensagem aos povos pagãos, incorporando-os, assim, à Igreja-Mãe. Unindo-se aos colonizadores, a Igreja se tornou ela mesma colonizadora. E com isso a Igreja acabou dando a sustentação ideológica para o projeto colonialista dos países ibéricos que causaram tantos males às riquezas naturais, culturais, sociais e religiosas nessas terras latino-americanas. Cruz e espada, trono e altar são contrastes que não combinam. Mas quando são combinados, a cruz fica ofuscada pela espada; o trono toma conta do altar.

Este modelo de cristandade não acabou com a independência política dos países latino-americanos. Ele perdura até aos nossos dias mediante a aliança entre a hierarquia da Igreja Católica, respectivamente lideranças de outras Igrejas, e as classes dominantes. Por exemplo, no projeto desenvolvimentista dos anos 50-60, respectivamente no apoio aos regimes militares dos anos 60-70. Percebe-se que o Templo, que a Igreja ajuda a construir, é todo o sistema capitalista mundial com seus FMI, Banco Mundial, Clube de Paris, etc. Instâncias que mantêm a situação de dominação, exploração e escravidão dos países do Terceiro Mundo. Como o Templo de Jerusalém fora um centro político-econômico-religioso que explorava a população, dando-lhe uma áurea religiosa, da mesma forma hoje perduram os centros de exploração que recebem o apoio expresso ou indireto das igrejas, perpetuando, assim, o pacto entre trono e altar.

Um exemplo bem recente deste apoio expresso foi a atuação dos assim chamados parlamentares evangélicos, muitos deles pastores, durante o processo constituinte. Em troca de favores, por exemplo, concessão de canais de TV ou de rádio, tais parlamentares deram apoio político para o mandato de cinco anos do presidente Sarney.

Um outro exemplo é a atuação de algumas igrejas pentecostais, por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus, que tanto sucesso fazem junto à população pobre. Para os líderes dessas Igrejas, os males sociais, bem como as doenças, não são o resultado de estruturas sociais injustas e pecaminosas. São, isso sim, causados por demônios que precisam ser exorcizados. E em troca da cura, o crente retribui em dinheiro para a Igreja. Com isso tais igrejas, encobrando as causas estruturais da miséria e defendendo a separação entre fé e vida, Igreja e sociedade, acabam solidificando e justificando uma estrutura injusta e exploradora; portanto, pecadora. Além disso as próprias igrejas reproduzem em si o sistema capitalista explorador, porque representam verdadeiros impérios conseguidos com as doações dos pobres. O mesmo vale para os evangelistas eletrônicos, tais como Rex Humbard, Jimmy Swaggart, Jim Baker e outros.

Que se conclui disso tudo? A Igreja é o novo povo de Deus. Nela se dá a comunhão entre Deus e seu povo e dos membros deste povo entre si. Mas a Igreja se transforma em Templo quando ela se estrutura de tal forma que torna impossível essa comunhão em seu meio. Por outro lado, a Igreja reconstrói o Templo quando dá sustentação ideológica para uma estrutura sócio-político-econômica que torna da vida impossível.

Notas

* Preleção inaugural proferida na Escola Superior de Teologia em 26 de setembro de 1990.

1 Aqui nesta casa fui convocado para atuar na área da Teologia Prática, especialmente para a coordenação do estágio e a reflexão em torno da comunidade. Aproveito esta oportunidade para tentar ligar estas duas coisas: as descobertas a partir da leitura bíblica e as primeiras reflexões em torno de práxis comunitária, presença da Igreja no mundo.

Martin Volkmann
Professor de Teologia Prática
Caixa Postal 14
93001 — São Leopoldo — RS